



O ex-presidente Sarney retoma a campanha ao Senado pelo Amapá amparado em liminar do Supremo Tribunal Federal

Supremo concede liminar e Sarney retoma campanha no Amapá

O ex-presidente José Sarney volta hoje ao horário gratuito de propaganda eleitoral do Amapá. O ministro Marco Aurélio de Farias Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu ontem liminar suspendendo a sentença do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que impugnou a candidatura do ex-presidente Sarney dia 11. A liminar vai garantir a presença de Sarney no horário de propaganda gratuita, assim como sua participação na disputa eleitoral, até que o STF julgue definitivamente o recurso extraordinário proposto pelo ex-presidente contra a decisão do TSE.

Sarney foi impugnado dia 11 de setembro, por quatro votos a três. Ontem o advogado José Guilherme Vilela entrou com um pedido de liminar, solicitando ao STF que suspendesse a impugnação para evitar prejuízos à candidatura Sarney caso o Supremo Tribunal restabeleça os registros dos candidatos do PMDB do Amapá ao Senado Federal. Os argumentos do advogado foram aceitos pelo ministro Marco Aurélio, primo do presidente Collor, que justificou seu despacho, dizendo que o eleitor do Amapá não sofrerá nenhum prejuízo com a

campanha de Sarney, mesmo que a impugnação seja confirmada pelo plenário do STF.

O processo de recurso contra a impugnação só será julgado pelo STF depois da semana que vem. Dos 11 votos do plenário do STF Sarney já tem garantido pelo menos o do ministro Célio Borja, nomeado por ele em 1986, que votou a favor do registro de sua candidatura no julgamento do TSE. Além do voto do ministro Borja, Sarney também espera contar com os votos dos ministros Paulo Brosard, Sepúlveda Pertence, e Celso de Melo que também foram nomeados durante o seu governo. Por outro lado, o ex-presidente já pode descartar os votos dos ministros Sydney Sanches, presidente do TSE, e Octávio Gallotti que foram a favor de sua impugnação no julgamento do TSE.

Antes de ser julgado pelo plenário do TSE, o recurso do ex-presidente Sarney será enviado para o parecer do procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, que também exerce o cargo de procurador-geral eleitoral. No julgamento do TSE, Aristides Junqueira votou favorável à manutenção da candidatura Sarney.